

Análise do discurso de Mário de Andrade acerca da legitimação de uma identidade linguística nacional

Analysis of the discourse of Mário de Andrade on the legitimation of a national linguistic identity

Érica Rogéria da Silva*
Heloisa Mara Mendes**

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em descrever e analisar o funcionamento de parte da prática discursiva de Mário de Andrade a respeito da legitimação de uma identidade linguística genuinamente brasileira, a partir da noção de semântica global, desenvolvida por Dominique Maingueneau (2008). Visto que Mário de Andrade teve uma participação significativa no projeto de construção de uma identidade linguística nacional, sua prática discursiva será tomada como representante dos ideais defendidos pelo Modernismo brasileiro. Para atingir o objetivo proposto, procuramos apreender seu discurso a partir da questão da colocação pronominal na *Gramatiquinha da fala brasileira* e em cartas escritas por ele e endereçadas a Manuel Bandeira.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Mário de Andrade. Identidade linguística.

ABSTRACT: The objective of this work is to describe and analyze the functioning of part of the discursive practice of Mário de Andrade regarding the legitimation of a genuinely Brazilian linguistic identity, based on the notion of global semantics developed by Dominique Maingueneau (2008). Once Mário de Andrade had a very important role in the project of the construction of a national linguistic identity, we intend to describe and analyze his discourses as the ones which represent the ideals defended by Brazilian Modernism. In order to achieve this goal, we intend to apprehend his discourse by the point of view of the pronoun collocations in *Gramatiquinha da fala brasileira* as well as in letters written by him and addressed to Manuel Bandeira.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Mário de Andrade. Linguistic identity.

1. Introdução

No Brasil, o Modernismo emergiu em um contexto inicial de transição urbana em que o Parnasianismo ditava as regras das produções literárias. Suas primeiras manifestações foram realizadas por um grupo de intelectuais paulistas que pretendia dar novas direções às práticas sociais e, sobretudo, artísticas do país. Relacionados a esse ímpeto de mudança nacional, estavam os resultados das transformações socioeconômicas e políticas da Europa, ocasionadas

* Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

** Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

pelos conflitos da Primeira Guerra Mundial e pelo desenvolvimento acelerado da indústria e da tecnologia.

Nesse cenário de transformações e crise, artistas e intelectuais consideraram que os padrões estéticos vigentes eram incompatíveis com o novo século e não expressavam o novo tempo. Diante dessa perspectiva, emergiram, em toda a Europa, e em um curto espaço de tempo, movimentos artísticos expressivamente radicais denominados vanguardas, das quais fizeram parte Futurismo, Expressionismo, Cubo-futurismo, Dadaísmo e Surrealismo. De acordo com Helena (1986, p. 5-6), dentre os movimentos das vanguardas europeias, esses foram os de maior destaque e, apesar de suas particularidades, “todos estavam de acordo com o fato de que se revelavam falidos os moldes acadêmicos e conservadores de uma arte envelhecida e cristalizada”.

Com um caráter revolucionário, as vanguardas militavam a favor da arte como meio de transformação do homem e da sociedade e questionavam os padrões de arte oficiais, ou seja, “o sistema no qual a arte é produzida, distribuída e fruída” (RIBEIRO, 2007, p. 119). A autora explica que, para alcançar seus objetivos, os artistas se organizavam em torno de um líder intelectual e atuavam de maneira estratégica e provocativa. Os principais meios de divulgação de suas ações eram os manifestos e eventos, produzidos de maneira a abalar a ordem costumeira e tradicional. Destarte, com ideais de aproximação entre a arte e a vida, com dinamicidade, revolta, modernidade e renovação no âmbito político, cultural e artístico, as vanguardas alcançaram uma grande repercussão nos países europeus e americanos. Foi dessa forma que “os resultados dessa atitude artística e cultural de contestação de um mundo em crise” chegaram ao Brasil e contribuíram para o desenvolvimento de uma nova concepção artística e cultural, surgindo assim o Modernismo brasileiro.

Assim como as vanguardas, o Modernismo foi formado por um grupo de artistas e intelectuais; também usou estratégias que buscavam chamar a atenção e despertar o gosto pela produção artística moderna, livre dos padrões estéticos já estabelecidos e considerados ultrapassados; organizou eventos provocativos; publicou manifestos; idealizou a inauguração de uma nova concepção de arte; questionava e anunciava romper com as regras instituídas pela academia; além de procurar manter um caráter revolucionário e militante. Devido a essas analogias, podemos dizer que uma das matrizes do Modernismo brasileiro foram as tendências vanguardistas europeias. É certo, entretanto, que a assimilação dessas tendências não constituiu uma cópia dos costumes europeus, ao contrário, buscou-se adaptá-las à realidade brasileira.

Essa realidade, por sua vez, já não era motivo de constrangimento para a produção artística, seja no âmbito da literatura, da música ou da pintura, em todas “acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo agora é fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração cultural” (CANDIDO, 2000, p. 110).

Em relação às diretrizes, Menotti del Picchia (1922, p. 18) afirma que os modernistas não tiveram a pretensão de criar uma escola, uma vez que esse projeto limitaria a liberdade de criação, assim, os artistas e intelectuais teriam uma produção livre e sincera, ou seja, poderiam “atuar de acordo com o seu temperamento”. Além dessa proposta, os modernistas anunciavam se distanciar das normas acadêmicas de produção artística estabelecidas no país; estabelecer o direito à permanência estética; a criação de uma arte com expressão própria, que estivesse condizente com a realidade cultural e social do Brasil; a atualização de uma inteligência artística; e a nacionalização da linguagem.

A reforma e configuração do panorama linguístico nacional foi um dos princípios modernistas veementemente defendidos por Mário de Andrade que chegou a esboçar a *Gramatiquinha da fala brasileira*. Esse projeto, vinculado a um projeto maior, o de redescoberta e definição de uma identidade genuinamente nacional, tratava, entre outros aspectos, do reconhecimento, bem como o estabelecimento de uma língua representante do povo. Contudo, para que esse intento fosse alcançado, surgiu, novamente, a necessidade de ruptura com os padrões tradicionais, pois, para os modernistas, era preciso fazer com que a língua usada no Brasil deixasse de ser submetida às regras da gramática do português europeu. Consoante Mário de Andrade (1990, p. 321):

Brasil, corpo espondongado, mal costurado que não tem o direito de se apresentar como pátria porque não representando nenhuma entidade real de qualquer caráter que seja nem racial, nem nacional, nem sequer sociológica é um aborto desumano e anti-humano. Nesse monstro político existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro. Essa língua oficial se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos.

O fato de o Brasil ser, para Mário de Andrade, uma nação que não possui uma língua própria, pois, para o autor, o português é a língua de Portugal e representa o seu povo e sua cultura, era uma justificativa plausível para se lutar pela legitimação de uma norma brasileira.

Justamente pelo fato de ser duas pátrias distintas com costumes e valores histórico-sociais diferentes, a língua portuguesa, para Mário de Andrade, não é representativa dos brasileiros, portanto, no país, usa-se uma língua emprestada, o que compromete os pensamentos de seu povo e suas manifestações sociais, artísticas e culturais verdadeiras.

O projeto de nacionalização da linguagem correspondia perfeitamente aos ideais modernistas, pois fortalecia o primado de construção de uma identidade brasileira e dava amplitude ao plano de mudança do pensamento social, ajustando-o à ideia de progresso das civilizações modernas. Além do mais, seu desenvolvimento causou grandes polêmicas com os gramáticos que tinham verdadeira repulsa pelo jeito brasileiro de falar.

Assim, baseados na noção de semântica global, pretendemos, neste trabalho, abordar o funcionamento discursivo de Mário de Andrade em torno de uma norma linguística genuinamente brasileira.¹ Considerando que Mário de Andrade teve uma participação significativa nessa empreitada, descrevemos e analisamos parte de sua prática discursiva como representativa dos ideais defendidos pelo Modernismo brasileiro. Para tanto, assumimos, com Maingueneau (2008), que todos os planos da discursividade constituem-se a partir de um mesmo sistema de restrições, portanto, o discurso está em todo lugar, não sendo necessária, em termos metodológicos, uma abordagem exaustiva de todos ou de diversos tipos de manifestações discursivas.

Uma vez que Mário de Andrade se posiciona a favor da legitimação de uma língua nacional em diversos âmbitos, como o literário, o epistolar, o linguístico, o musical², entre outros, buscamos descrever o sistema de restrições semânticas que estrutura seu discurso acerca da questão linguística na *Gramatiquinha da fala brasileira*³ e em cartas endereçadas a Manuel Bandeira. Além do mais, buscamos analisar se há, de fato, nessas práticas discursivas, a defesa de uma língua escrita representante da fala brasileira.

¹ Apontamentos a respeito da discussão em torno da existência ou não de uma variedade linguística brasileira e uma análise do posicionamento modernista a esse respeito podem ser encontrados em Mussalim (2013 e 2006).

² Uma análise do posicionamento de Mário de Andrade no campo da música é apresentada em Mendes (2013).

³ Uma análise da *Gramatiquinha da fala brasileira*, a partir da noção de *ethos*, é apresentada em Cox; Bonerman; Albuquerque (2015).

2. Fundamentação teórica

2.1 Sobre o conceito de norma

O termo norma é comumente usado para designar uma variedade de língua que, em determinado período, se impõe e é imposta por todo um aparato prescritivo como o modelo por meio do qual todos os comportamentos linguísticos devem ser medidos. Refere-se à língua “correta”, ao “bom uso”, definições que classificam todas as outras formas linguísticas possíveis como erros ou incorreções.

A partir da distinção entre normas explícitas e normas implícitas, Aléong esclarece uma das formas de compreender a existência de uma norma linguística sócio historicamente dominante, ou melhor, uma norma que não está baseada em critérios linguísticos, e a heterogeneidade das realizações linguísticas concretas:

A norma explícita compreende esse conjunto de formas lingüísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição. Ela se constitui segundo processos sócio-históricos [...]. Codificada e consagrada num aparato de referência, essa norma é socialmente dominante no sentido de se impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido e monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública. Quanto às normas implícitas, trata-se daquelas formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata (ALÉONG, 2001, p. 153).

Com vista a apresentar uma definição mais precisa do conceito de norma explícita, que se confunde com o conceito de norma padrão, Aléong destaca três componentes em toda norma desse tipo: a) um discurso da norma, responsável por classificar os fatos linguísticos em categorias de certo, errado, bom, mau, puro, padrão, etc., sendo imperativo, autoritário e arbitrário; b) um aparelho de referência, que faz remissão a usuários revestidos de autoridade em matéria de linguagem, a academias, órgãos públicos, dicionários e gramáticas; e c) a difusão e imposição em lugares estratégicos como a escola, a imprensa e a administração pública.

Em “Gramática Pedagógica do Português Brasileiro”, Bagno (2012) parte do pressuposto de que o português brasileiro é uma língua plena e autônoma e não uma “variedade” do português europeu. Assim, ele assume como válido, aceitável e correto todo uso linguístico que já esteja plenamente incorporado ao vernáculo geral brasileiro, falado e escrito, conforme uma vasta exemplificação da língua viva que é apresentada ao longo da obra. Graças ao

conhecimento desse vernáculo geral, o autor assume “a existência de uma norma urbana culta real, radicalmente distinta da *norma-padrão clássica*, ideal, prescritiva e totalmente desvinculada dos usos autênticos do PB” (BAGNO, 2012, p. 21). Além disso, ele afirma:

O que se entende por *norma-padrão*, nos estudos mais recentes sobre variação linguística e ensino, é o modelo de língua descrito-prescrito pela tradição gramatical, uma língua extremamente idealizada, construída com base nos usos de um grupo não muito amplo de escritores e, mesmo assim, não de todos esses usos, mas só daqueles que o próprio gramático considera exemplares ou recomendáveis. Essa norma-padrão – *escrita, literária e obsoleta* – é, por isso mesmo, repleta de arcaísmos, de fósseis linguísticos, de regras que vão contra a intuição gramatical de qualquer falante da língua. Como se não bastasse, ela é inevitavelmente *anacrônica*, porque recorre a um cânone literário do passado, de modo que nem sequer na literatura viva, contemporânea, é possível reconhecer o uso integral do que ela prescreve (BAGNO, 2012, p. 31).

Bagno adota a nomenclatura vernáculo geral brasileiro (VGB) para designar a norma *real, habitual*, os usos feitos pelos falantes em suas atividades linguísticas cotidianas. Ao VGB, ele opõe a sigla TGP (tradição gramatical do português), por meio da qual se tem acesso à norma-padrão.

Diante desses pressupostos, a expressão norma padrão será usada, neste artigo, como sinônima de modelo idealizado de língua descrito-prescrito pela tradição gramatical. Já a expressão norma popular (que pode ser considerada sinônima de VGB ou, ainda, de norma urbana culta real) será empregada para designar os usos feitos pelos falantes do português brasileiro que são inventariados na *Gramatiquinha* e empregados, circunstancialmente, por Mário de Andrade.

2.2 Sobre o conceito de *sema* em Maingueneau

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008) afirma que uma das maneiras de se apreender um discurso é através da análise do interdiscurso, ou seja, das relações existentes entre vários discursos previamente escolhidos. É precisamente a partir dessa proposição que o autor irá defender o primado do interdiscurso. Todavia, essa concepção leva em conta a noção de heterogeneidade discursiva, constituída de duas faces: uma chamada heterogeneidade mostrada, passível de apreensão pelas análises linguísticas, pois demonstra sua natureza através de marcas visíveis como citações, palavras entre aspas, autocorreções etc. A outra, denominada heterogeneidade constitutiva, compõe-se daquilo que concerne ao Outro, do que o Mesmo tem

de lidar e rejeitar, dos traços imperceptíveis, porém presentes e densamente imbricados ao Mesmo de tal maneira que uma abordagem linguística *stricto sensu* não é suficiente para apreendê-la. Visto que todo discurso é heterogêneo, a apreensão do Outro é passível tanto pela análise da heterogeneidade mostrada como da constitutiva. É precisamente pela inextrincável relação entre o Mesmo do discurso e seu Outro que Maingueneau inscreve sua hipótese de primado do interdiscurso na heterogeneidade constitutiva. Em uma mesma linha de raciocínio, o autor argumenta que, ao reconhecer a presença do Outro no discurso e ao tomá-lo como um posicionamento que perpassa e interfere no discurso, pode-se considerar superada a distinção entre heterogeneidade mostrada e constitutiva.

Para tornar menos imprecisa a noção de interdiscurso, o autor a substituiu pelo conjunto: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*. O primeiro é formado por toda e qualquer formação discursiva⁴, porém, por possuir uma vasta extensão, não pode ser apreendido como um todo. Apesar do universo discursivo não ser passível de análise, é no seu interior que se constituem os campos discursivos.

Por sua vez, os campos discursivos se caracterizam por um conjunto de formações discursivas específicas que possuem a mesma função social, porém divergem quanto à forma como essa função deva ser preenchida, o que as coloca sempre em confronto, aliança ou aparente neutralidade. Ademais, o confronto entre elas as delimita, ou seja, a identidade de um posicionamento será definida, instaurada e conservada em um determinado campo pelas relações que mantém com um ou mais posicionamentos. Segundo o autor, dessas relações emerge o discurso, que, conseqüentemente, terá regularidades próprias dos posicionamentos que o instauraram, o que não significa que o discurso não tenha pontos de convergências com outros do mesmo campo.

Já o *espaço discursivo* é um subconjunto formado por posicionamentos que se relacionam. A escolha de um espaço discursivo é realizada pelo pesquisador e depende de hipóteses que serão corroboradas ou não com o desenvolvimento de análises. O levantamento dessas hipóteses depende de conhecimentos históricos e dos textos a serem analisados.

Em conformidade com essas conjecturas, pode-se afirmar que, além da apreensão, a constituição de um discurso também depende das relações interdiscursivas instituídas em um campo, o que justifica considerar, novamente, a precedência do interdiscurso sobre o discurso.

⁴ Em *Gênese dos discursos*, a noção de formação discursiva deve ser entendida, preferencialmente, como posicionamento.

Com o intuito de tornar ainda mais explícita uma das formas de apreensão do interdiscurso, Maingueneau postula que o discurso possui várias dimensões, e, todas elas, sejam de ordem gramatical ou de enunciação, são controladas por um mesmo sistema de restrições, responsável por determinar o que é permitido ou não ser dito no interior de uma formação discursiva. Assim, o funcionamento do discurso segue uma semântica de caráter global. Um dos princípios de apreensão do discurso a partir da noção de uma *semântica global* é o de que a verificação de suas especificidades toma todos os planos da discursividade em uma mesma ordem de importância, ou seja, não há razão para fazer distinções de valores entre os diversos planos. Partindo dessa perspectiva, Maingueneau propõe algumas dimensões discursivas: o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o de coesão. Para a análise de um *corpus*, afirma o autor, essas dimensões podem ser tomadas isoladamente ou repartidas diferentemente. Dessa maneira, para a nossa proposta de análise do discurso de Mário de Andrade a respeito da defesa de uma língua nacional, mobilizaremos duas dimensões, são elas: o enunciado e o modo de enunciação.

O enunciado, para Maingueneau, corresponde unicamente às manifestações linguísticas verbais. Já o modo de enunciação, afirma o autor, se refere a “uma maneira de dizer” própria de cada discurso. Esta dimensão discursiva se concretiza por intermédio do gênero discursivo ao qual recorre e também do tom. Cada discurso produz, através de enunciados, seu próprio tom, podendo este ser caracterizado como uma voz específica de cada discurso. Ademais, o tom utilizado no discurso atribui ao enunciador um determinado caráter e uma específica corporeidade, o que equivale a dizer que o modo de enunciação é associado às disposições psicológicas do enunciador e à maneira pela qual se reconhece e utiliza o corpo. Destarte, o modo de enunciação é igualmente regido pelo sistema de restrições que controla todos os planos do discurso, ou seja, o modo de enunciação é também um elemento discursivo a partir do qual se podem apreender as especificidades do discurso.

Sendo o discurso regulado por um mesmo sistema de restrições, a análise de todos ou de vários tipos de manifestações discursivas de um mesmo posicionamento discursivo, como todos os exemplares de textos literários ou pictóricos, não é necessária, pois o discurso está presente em todas as práticas.

A noção de *sistema de restrições* se refere, de acordo com Maingueneau, a um sistema de regras que define os operadores discursivos característicos de determinado posicionamento inscrito em determinado campo discursivo. Esse sistema funciona como um filtro que fixa o

que é permitido ou não ser dito a partir de um posicionamento. Tal sistema também pressupõe a existência de uma competência discursiva, competência essa que garante ao enunciador a aptidão para reconhecer e produzir enunciados pertencentes a sua formação discursiva, de identificar discursos totalmente diferentes ou que pertençam ao seu Outro, além da capacidade para compreender e traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições.

Para o desenvolvimento deste trabalho, mobilizaremos a noção de semântica global, mas não da mesma maneira como ela aparece mobilizada em *Gênese dos discursos*, pois pretendemos verificar, com relação ao tema da colocação pronominal, o funcionamento do sistema de restrições nas práticas discursivas de Mário de Andrade, o que não exige, por exemplo, a análise das relações que se estabelecem entre esse posicionamento e outros pertencentes ao mesmo campo.

3.Resultados

3.1 Gramatiquinha da fala brasileira

A participação de Mário de Andrade no Modernismo e o reconhecimento das diferenças linguísticas existentes entre o português brasileiro e o europeu contribuíram para que o autor esboçasse um projeto de gramática que, segundo ele, deveria representar a nacionalidade brasileira, ou seja, corresponder à modalidade falada no país. Além do mais, a legitimidade linguística é também, na perspectiva de Mário de Andrade, elemento que contribuiria para garantir a independência cultural do país, ideal igualmente defendido pelos modernistas. Contudo, a realização de uma gramática da língua nacional não era, para o autor, o suficiente, era preciso um esforço conjunto, sobretudo, dos escritores. Assim, os esforços destinados à escrita da fala brasileira seriam inicialmente mais restritos, porém, posteriormente, alcançariam uma dimensão mais ampla. Nas palavras de Mário de Andrade:

Si cada um, estudando com seriedade e trabalhando com afinco, desse a sua solução pessoal e transitória a este problema, não dou vinte anos, o elemento culto brasileiro, quero dizer a manifestação humana civilizada e por isso representativa (não falo característica) do Brasil na civilização atual já falaria e escreveria e já teria gramáticas duma fala mais concorde com a nossa nacionalidade original, a nossa sensibilidade, ideais e civilização. Isso seria prático. Isso seria ter liberdade bem compreendida. Isso seria cultura verdadeira (ANDRADE, 1990, p. 316-317).

Compreende-se que uma das primeiras ações a serem realizadas seria, então, a produção de obras literárias escritas de acordo com a realidade linguística brasileira. Observa-se que essa percepção atende a duas vertentes: em uma delas a literatura desempenharia um papel primordial no processo de fixação da norma brasileira, o que, de certa forma, remete aos modelos tradicionais de gramática que prescrevem como adequadas e corretas as construções linguísticas empregadas em obras literárias; já na outra, a construção de uma literatura pautada sobre a norma brasileira vai ao encontro dos ideais modernistas de valorização e emancipação da cultura nacional.

De acordo com Pinto (1990, p. 53), a organização do que viria a ser a *Gramatiquinha* seguiu o modelo da *Gramática secundária da língua portuguesa*, de Said Ali, e apresentou características estruturais próprias do gênero, como índice e capítulos (Fonologia, Lexicologia, Sintaxe, Estilística) subdivididos em tópicos. Interessa-nos, neste trabalho, a descrição e a análise das formulações realizadas acerca do uso dos pronomes, mais especificamente da colocação pronominal.

No capítulo intitulado *Sintaxe*, no qual há um tópico específico para o tratamento dos pronomes, Mário de Andrade inicia suas colocações com observações sobre o uso recorrente do pronome “me” no início das frases. O autor justifica que esse fenômeno linguístico já é considerado uma regra própria da norma popular brasileira e pode, portanto, ser considerado uma generalização em que qualquer pronome pode iniciar uma frase. Para exemplificar tal fenômeno, Mário de Andrade se serve de textos literários: “‘Histórias do Menino da Floresta’ do poeta Heitor Martins de Athayde pg. 12 – Duns livrinhos editados no Recife, literatura popular em que publicam poetas populares como Leonardo Gomes de Barros, Cordeiro Manso e ainda João Martins de Athayde” (ANDRADE, 1990, p. 384). Por um lado, observa-se que Mário de Andrade propõe, em seu projeto de gramática, um tratamento diferenciado acerca da colocação dos pronomes em início de frase, tratamento este que está em consonância com a fala dos brasileiros e diverge muito das normas prescritas pelas gramáticas. Por outro lado, ao apresentar citações literárias para exemplificar os fenômenos descritos, o autor conserva elementos característicos do modelo tradicional de gramática. Além do mais, essa organização evidencia a busca pela afirmação da relação entre língua e literatura. Contudo, para compreendermos essa disposição de conteúdos faz-se necessário entender o que significa apoiar-se em escritores, na maioria das vezes, consagrados, para validar as regras de uma língua. Henriques (s/d) considera que essa prática pode ter duas atribuições: em uma delas serve para

comprovar o fenômeno linguístico exposto, pois a escolha do gramático incide em alguém que possui uma autoridade literária, o que, comumente, pela tradição, possui uma autoridade linguística. Na outra, o gramático, ao citar o escritor, acaba por conferir-lhe um nível de excelência diante do leitor, outorgando-lhe uma autoridade linguística.

Tendo em vista que os fenômenos linguísticos presentes na *Gramatiquinha da fala brasileira* são legitimados por uma figura de autoridade linguística e literária, compreendemos que a obra conserva traços tradicionais característicos da organização de gramáticas normativas, o que nos leva a supor que o sema /+ Conservação/ estrutura o discurso modernista em questão a respeito da língua. A seguir, apresentamos análises de outros exemplos que nos levam a reflexões análogas, como forma de sustentar nossa hipótese.

As regras referentes ao uso do pronome clítico, afirma Mário de Andrade (1990, p. 384-389), devem ser particulares e baseadas no “valor psicológico da frase”, contudo o autor considera que o pronome deve ser empregado depois do verbo quando se tem uma “frase vaga ou fortemente imperativa”. Para fortalecer essa proposição, Mário de Andrade declara que tal observação também foi feita por João Ribeiro. Ao adotar esse uso, a eufonia não deve ser uma preocupação do usuário da língua, pois, segundo o autor, as regras da eufonia também são particulares e variáveis, ou seja, são formulações sintáticas determinadas de acordo com a necessidade e a situação comunicativa. Entre os exemplos usados por Mário de Andrade, destacamos um texto grifado em um volante de propaganda “Se recebem as inscrições na Gerência”. Além desse exemplo, Mário de Andrade (1990, p. 388) também cita a escrita de Rui Barbosa em um livro que o pai lhe dera: “Me foi dado por meu pai em outubro de 1860”.

No decorrer do capítulo denominado *Sintaxe*, exemplos sobre a colocação dos pronomes átonos em início de frase são catalogados nas seções denominadas *Gramatiquinha*, *Brasileirismo* e *Língua*. Na primeira, um dos exemplos foi um verso do poema de Brasília Machado, intitulado “Te esqueceste”. Na segunda seção, destacam-se usos como “Me lembrava”, “Me guiareis”, “Te vejo, te procuro” (Início de uma estrofe de Gonçalves Dias); “Te aquieta, menino!” (Lenda Cabeça de Cuia – O Jornal, 1934); “– Meu filho/ Não persista no pecado/ Deixa a carreira dos crimes/ Se torne um regenerado/ Si me promete deixar/ Lhe prometo trabalhar” – Conselho do padre Cícero a Lampeão – folheto, Paranaíba (ANDRADE, 1990, p. 386 - 388).

Novamente constata-se que Mário de Andrade vai ao encontro de aspectos característicos da fala popular brasileira quando cataloga frases iniciadas com pronomes. De

igual modo, verifica-se que o autor também está em consonância com a tradição gramatical quando se vale de exemplificações linguístico-literárias para validar seus exemplos. De acordo com Junqueira (2003), no Ocidente, a prática de compilar de maneira sistemática as regras linguísticas e exemplificá-las com expressões literárias remonta desde a Grécia antiga, onde as gramáticas tradicionais eram criadas, sobretudo, para instituir os padrões linguísticos das produções de escritores conceituadamente consagrados. A primeira publicação representativa dos estudos gramaticais da Grécia foi organizada por Dionísio de Trácia (II a. C.), defensor da ideia de que a gramática se refere ao conhecimento da língua usada pelos poetas e escritores de prosa. Os aspectos referentes ao uso de exemplificações literárias continuaram a ser reproduzidos ao longo dos séculos e estão presentes também em grande parte dos estudos gramaticais atuais. Eugenio Coseriu (1992 apud HENRIQUES, 2003), por exemplo, afirma que a língua literária “representa no grau mais alto a dimensão deôntica (o dever ser) da língua”. Sendo assim, para o linguista, “a gramática normativa é a manifestação metalinguística explícita dessa dimensão”.

De acordo com Pinto (1990, p. 209), Mário de Andrade tinha grande interesse pela colocação pronominal, a ponto de reunir uma quantidade significativa de material constituído de várias anotações de leitura de textos literários e populares, bem como da fala cotidiana e de tudo que pudesse caracterizar a fala brasileira. Ainda em conformidade com a autora, Mário de Andrade usou exemplos desse material para defender a tese de que a próclise é tipicamente brasileira, tese esta apresentada em cartas a Manuel Bandeira e a Sousa da Silveira e também no artigo “O baile dos pronomes”.

O que se pode, portanto, observar é que os exemplos representativos da norma popular, apresentados na *Gramatiquinha da fala brasileira*, indicam uma preocupação com o seu uso, contudo, os mecanismos clássicos de recorrer a escritores literários para validar uma construção linguística, bem como a organização estrutural da gramática normativa se mantêm no discurso analisado, o que nos leva a compreender que o discurso de Mário de Andrade a favor da legitimação de uma língua brasileira parece se estruturar sob o sema /+ Conservação/.

3.2 Cartas de Mário de Andrade endereçadas a Manuel Bandeira

Para melhor compreender o funcionamento da prática discursiva de Mário de Andrade a respeito da defesa de uma língua nacional, analisamos, igualmente, quatro cartas escritas por

ele endereçadas a Manuel Bandeira, são elas: *Sobre simplificação da pontuação, com o mínimo de vírgulas possível*; *Sobre o emprego de brasileirismos e efeitos sonoros em seus versos*; *Ainda sobre a língua brasileira*; *Sobre brasileirismos e língua brasileira*⁵. O fato de todas as cartas tratarem da questão linguística foi o fator determinante para a seleção do conjunto.

Ao analisarmos as cartas, verificamos que Mário de Andrade, em algumas situações, emprega a colocação pronominal de acordo com a norma popular, mas, na maioria das vezes, faz uso das normas de colocação pronominal prescritas pela gramática normativa. Observamos, ainda, que a sintaxe pronominal em concordância com a norma popular brasileira é maiormente empregada em excertos de caráter literário, o que nos leva a considerar que a prática discursiva literária de Mário de Andrade se organiza sob o traço /+ Conservação/. Esse sema parece estruturar o discurso literário do escritor modernista, pois o uso das duas diferentes normas tem lugares marcados nos textos epistolares, ou seja, a norma popular se restringe a enunciados de caráter ficcional, já para os não ficcionais, usa-se, muito frequentemente, uma norma associada à erudição, adequada às convenções tradicionais.

O emprego da norma padrão pode ser constatado em enunciados da carta *Sobre simplificação da pontuação, com o mínimo de vírgulas possível*. Mário de Andrade inicia uma frase com mesóclise, uso característico do Português Europeu e pouco utilizado no Brasil, tanto para a modalidade falada quanto para a escrita:

(1) “[...] Tornar-me-ão por bêsta, naturalmente”.

Em seguida, observa-se a preferência pelo uso da ênclise, já que, em todas as situações de sintaxe pronominal, os pronomes oblíquos átonos foram colocados depois do verbo:

(2) “A Suite Polifonica desagrada-me e agrada-me”.

Posteriormente, verifica-se o uso de mesóclises tal como prescrito pela tradição linguística que tem maior proximidade com o Português Europeu. “No Brasil, só se encontra a mesóclise na língua escrita literária, estando banida da língua usual, onde com as formas de futuro só se pratica a próclise” (MATTOSO CÂMARA, 1985, p. 165):

(3) “Por ironia da-lo-ei à Revista do Brasil”.

⁵ Os títulos das cartas de Mário de Andrade endereçadas a Manuel Bandeira foram dados pelos organizadores do livro “Mário de Andrade: cartas a Manuel Bandeira”.

Ao considerarmos o apontamento de Mattoso Câmara a respeito da colocação pronominal e confrontá-lo com o uso da mesóclise realizado pelo escritor modernista no exemplo (3), verificamos sua preferência pela norma padrão, dado que reforça a constatação de que o sema /+ Conservação/ estrutura o discurso de Mário de Andrade a respeito da questão linguística no sentido de que seu discurso sobre a língua parece manter a norma representante da fala brasileira restrita ao âmbito ficcional, mas nas cartas para os amigos, por exemplo, usa-se, de maneira constante, a norma padrão. Tal prática parece se distanciar do projeto modernista de reforma e configuração do panorama linguístico nacional, além de indicar que o sema /+ Conservação/ estrutura o discurso literário, pois as características das duas normas permanecem circunscritas a lugares específicos, ou seja, a norma popular é representada na literatura, mas não se desdobra para além desse lugar, diferentemente da norma padrão, empregada em textos não literários.

Na carta *Sobre o emprego de brasileirismos e efeitos sonoros em seus versos*, as ocorrências encontradas reforçam nossa compreensão, pois se faz uso da próclise em situações em que, para a gramática normativa, tal disposição é obrigatória:

- (4) “um erro que me escapou”;
- (5) “Não sei, não me satisfaz”.

E também em situações em que tal sintaxe é facultativa:

- (6) “o fluxo lírico não quer mesmo me auxiliar”.

Em seguida temos:

- (7) “Deixemo-nos de simbolismo!”;
- (8) “Sugeres-me: enlevada”.

Como exemplificado, Mário de Andrade se serve do emprego da ênclise em início de oração, porém, de acordo com Mattos e Silva (2002), esse fenômeno linguístico não é frequentemente usado no português popular brasileiro, portanto, compreende-se que ele não faz parte do feixe de característica dessa variedade. Vale ressaltar que, para Mário de Andrade e, por conseguinte, para o modernismo, o compromisso de “escrever brasileiro” era uma das medidas a ser tomada para se alcançar o objetivo de configuração e afirmação de uma língua nacional. Nas palavras de Pinto (1990, p. 53):

A finalidade do seu trabalho não estava, pois, em catalogar particularidades, mas em configurar o universal, para que fosse possível “escrever brasileiro”. E isto, em termos de léxico, sintaxe e ritmo, consistia em aderir à escolha e à combinação dos recursos da língua portuguesa já efetivados, fixados e consagrados pelo uso comum.

De acordo com Pagotto (1998, p. 63), no que se refere às regras de colocação dos pronomes clíticos, o português do Brasil se difere radicalmente do português europeu. Em consonância com essa ideia, Mattos e Silva (2002) afirma que um dos pontos centrais das diferenças entre as duas variantes nacionais está no sistema pronominal. Ademais, a autora esclarece que, no Brasil, os pronomes clíticos, por exemplo, são usualmente empregados em posição proclítica, o que dissente das normas gramaticais.

Diante do exposto, no que se refere ao sistema pronominal, a barreira entre a norma prescrita pelas gramáticas e o português usado pela grande maioria dos brasileiros é clara. Em relação à norma padrão, Mira Mateus (2007, p. 24) afirma que ela “é um complexo de elementos sociais e linguísticos. Como referência supradialectal, legitimada pela História, ela é factor de identidade, unidade e estabilidade sociais”. Visto que a norma padrão conta com um prestígio social relacionado à concepção de níveis culturais e intelectuais mais elevados, o fato de Mário de Andrade recorrer a essa modalidade nos parece indicar que o autor busca manter um discurso que lhe insere em um contexto que partilha dessas mesmas características e o coloca em um lugar distinto dos falantes do português popular.

Ainda nessa mesma carta, o autor, com o intuito de apresentar parte de um poema a Bandeira, inicia uma sentença com pronome clítico, porém, como mencionado, esse fenômeno aparece somente em um excerto de texto literário:

(9) “Me vejam, por exemplo! Que sou eu?
O poeta-só, o homem cortado pelo meio
Que por não achar a predestinada...”

Para o modernismo, tanto a constituição de uma literatura moderna e autônoma quanto a afirmação de uma norma linguística livre dos padrões acadêmicos são pontos fundamentais para o projeto de construção de uma identidade brasileira, além de ambas apresentarem uma estreita relação. Um dos aspectos dessa relação é que a língua foi compreendida como um veículo importante sobre o qual a literatura construiria sua identidade, pois apresentaria, entre outros aspectos, fenômenos linguísticos característicos da norma popular brasileira. Todavia,

as questões acerca da língua, apresentadas por Mário de Andrade, não se restringem às cartas, elas aparecem também na obra *Gramatiquinha da fala brasileira*. Entretanto, como podemos observar nessa carta, a pronominalização segue majoritariamente a norma padrão, e a norma popular brasileira é usada somente em um excerto de texto literário.

A história da língua portuguesa nos mostra que textos literários de grande importância foram extremamente significativos para estabelecer períodos linguísticos de transição. Esses textos, além de demarcarem, com traços linguísticos próprios, diferentes fases históricas, contribuíram, por exemplo, para a fixação e divulgação da língua. Bechara (2010, p. 689-690) apresenta uma divisão do português histórico bem representativa dessa ideia. O primeiro período é conhecido como português arcaico, que decorre do século XII até o final do XIV. Os textos literários representativos desta fase são: a poesia palaciana, as *Cantigas de Santa Maria*, a *Demanda de Santo Graal*, o *Fabulário de Esopo*, o *Livros das aves*, entre outros. O segundo período é caracterizado como português arcaico médio, transcorrido desde o início do século XV até o início do XVI, conta com o *Livro da Montaria*, de D. João I; *Leal conselheiro*, de D. Duarte; as crônicas de Fernão Lopes, as de Zurara e as de Rui Pina, etc. Da 2ª metade do século XVI ao início do século XVIII, temos o terceiro período, classificado como português moderno. A essa fase pertencem, entre várias outras, as obras de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis, Gaspar Correia, Sá de Miranda, Pero Magalhães de Gandavo e as de Luís de Camões. De acordo com Said Ali (apud BECHARA, 2010, p. 689), Camões não foi o criador do português moderno, mas

libertou-o de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a frase portuguesa, descobrindo a aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as ideias de modo elegante, enérgico e expressivo. Reconhecida a linguagem camoniana, a sua influência fez-se sentir na literatura de então em diante até os nossos dias.

Em conformidade com Bechara (2010), a literatura quinhentista foi de grande importância para o conhecimento da variedade coloquial e popular deste período, com autores como Gil Vicente, Antônio Prestes, Jerônimo Ribeiro, Chiado, Jorge Ferreira de Vasconcelos, entre outros. Sobre o último período, caracterizado como *português contemporâneo*, Bechara (2010, p. 690) considera que “do ponto de vista linguístico o português contemporâneo, fixado no decorrer do século XVIII, chega ao século seguinte sob o influxo de novas ideias estéticas, mas sem sofrer mudanças no sistema gramatical que lhe garantam, nesse sentido, nova feição e nova fase histórica”.

Sendo assim, o uso do clítico em início de frase, apresentado no excerto do poema acima, nos parece ser uma tentativa do enunciador do discurso de vincular literatura e língua para consolidar um momento de transição literária e linguística, assim como ocorreu em diferentes momentos históricos. Dessa forma, a norma popular brasileira seria um meio de distinguir e consolidar a literatura modernista.

Por outro lado, podemos pensar também que a literatura serviria para que o português popular ficasse reconhecido e passasse a ser a norma de prestígio, já que o “bom uso da língua” era baseado em escritores consagrados. Porém, a aplicação distinta e bem demarcada do sistema de pronominalização de acordo com as diretrizes da gramática, realizada no decorrer da carta, nos leva a compreender que a preocupação do enunciador do discurso a respeito da legitimação de uma língua brasileira parece se restringir tão somente ao contexto literário.

Na carta *Ainda sobre a língua brasileira*, Mário de Andrade afirma para Bandeira que a complexidade da língua brasileira estava se desenvolvendo em grande parte das suas produções, com exceção dos artigos que, segundo o autor, não eram produzidos com o intuito de serem obras permanentes. Essa declaração põe em relevo a compreensão de que o autor parece querer eternizar uma língua escrita representativa do modernismo, ou seja, a sua preocupação parece muito mais estético-literária do que linguística.

Ainda nessa carta, Mário de Andrade inicia a primeira frase do seu texto com um pronome oblíquo átono, demonstrando uma tentativa de se aproximar da norma popular brasileira:

(10) “Ihe-escrevo mais pra por uma ordem nas minhas ideias e vida do que outra coisa”.

Mais adiante, o autor usa novamente o pronome de acordo com a fala popular brasileira:

(11) “Além duma despesa que ia me pesar no momento”.

Todavia, posteriormente, segue a gramática tradicional com uma construção bastante semelhante:

(12) “[...] além dessa despesa duns quinhentos mil réis que me ia pesar bastante”.

Verificamos ainda que, ao longo da carta, a próclise foi adotada em diversas ocasiões em que, para os gramáticos, seu uso é obrigatório:

- (13) “Passei uma semana espantosa de trabalhos minúsculos coisa de vida cotidiana, mas não intensas e sobretudo variadas que me deixavam diariamente em estado de febre [...]”,
- (14) “[...] você sabe que me horroriza”,
- (15) “E si já em Pauliceia a organização socializadora de mim me era bem consciente,
- (16) “[...] o próprio Amadeu que me lia e observava”,
- (17) “[...] não me lembro bem”,
- (18) “[...] você não me verá empregar sinão em artigo e com efeito cômico”.

Em outras conjunturas, a posição proclítica foi adotada quando seu uso é facultativo, por exemplo:

- (19) “[...] uma série de complicações surgidas depois de fixadas minha data, me impedem de ir nela”,
- (20) “Toda excessiva visibilidade em mim me desagrada”,
- (21) “Resta o argumento interessante sobre a minha língua brasileira que você (como eu) reconhece que as pessoas simples que leem sentem dificuldade em me compreender [...]”.

De igual modo, a colocação pronominal no decorrer da carta “*Sobre brasileirismos e língua brasileira*” é majoritariamente proclítica. Todavia, a maioria dessas ocorrências segue as normas gramaticais:

- (22) “Sua impressão do Compêndio afinal sempre me agradou”,
- (23) “Então me fadigo, por não me darem paz pra ir adiante sossegado”,
- (24) “Que seja antinacional, não me importa muito não”,
- (25) “O que me admira é você se espantar de eu gostar deles”,
- (26) “Assim como nunca você me viu gostar duma coisa só porque a diaba me aparecia vestida a brasileira”,
- (27) “Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal”,
- (28) “Pouco me incomoda que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal”.

Nessas duas últimas cartas analisadas, observamos a predominância da colocação pronominal em posição proclítica. Esses dados poderiam nos levar a pensar que houve uma gradação no que se refere ao emprego da norma popular em detrimento da padrão, porém, no *corpus* como um todo, grande parte das construções com próclise obedece às regras gramaticais tradicionais e/ou são de uso facultativo; foram usadas poucas construções proclíticas que

acentuam as distinções entre o português usado pelos falantes brasileiros e o prescrito pelas gramáticas; na maioria dos dados, a norma popular é utilizada em textos de caráter literário, o que, a nosso ver, sustenta a compreensão de que a prática discursiva literária de Mário de Andrade se organiza sob o traço /+ Conservação/.

4. Considerações finais

A sistemática alternância entre o sistema pronominal estabelecido pela norma padrão e o usado pela norma popular, presente no *corpus* analisado, tornou possível verificar que o discurso de Mário de Andrade acerca da defesa de uma língua nacional se organiza sob o sema /+ Conservação/. Observamos que esse sema funciona tanto para a norma padrão como para a popular, pois a prática discursiva do escritor modernista as preserva em lugares já demarcados socialmente: a primeira entre os acadêmicos, considerados detentores do domínio linguístico; e a segunda restrita ao âmbito não especializado.

Esse sema não funciona somente em relação às duas normas, ele perpassa, igualmente, a *Gramatiquinha da fala brasileira* e as cartas analisadas. Na *Gramatiquinha da fala brasileira* observa-se uma preocupação do autor em demonstrar usos linguísticos recorrentes da fala brasileira, mas o exercício de legitimar, por meio de figuras de autoridade linguística e/ou literária, esses usos, bem como a organização estrutural dos temas da obra, demonstram uma conservação de traços específicos da gramática normativa.

Nas cartas, por sua vez, o uso das duas diferentes normas tem lugares marcados. Nas cartas, a norma popular se restringe a enunciados de caráter ficcional, mas os não ficcionais são marcados por colocações pronominais adequadas às convenções tradicionais. Ademais, como ocorreu nos períodos marcados como português arcaico (séc. XII - XIV); português médio (séc. XV - XVI); e português moderno (XVI - XVIII), nos parece que há uma tentativa de Mário de Andrade e, por extensão, do Modernismo de demarcar e consolidar a literatura modernista por meio do uso da norma popular brasileira.

Embora o sistema de restrições funcione de forma parecida nas duas práticas discursivas, os resultados parecem ser diferentes, pois na *Gramatiquinha da fala brasileira* parece haver, de fato, uma proposta de legitimação de uma norma genuinamente nacional, enquanto nas cartas a norma popular parece ser tomada mais do ponto de vista estético do que do ponto de vista linguístico propriamente dito.

Referências

- ALÉONG, St. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145-174.
- ANDRADE, M. **Aspectos da literatura brasileira**. 6. ed. São Paulo: Martins, 1978.
- ANDRADE, M. **Cartas a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- COX, M. I. P.; BORNEMANN, N. B. de O.; ALBUQUERQUE, J. G. de. Gramatiquinha da fala brasileira: o ethos do enunciador modernista Mário de Andrade. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 3, 2015.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- HELENA, L. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1986.
- HENRIQUES, Claudio. C. **O cânone linguístico-literário na moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara**. S/d. Disponível em: <http://migre.me/sMmxe>. Último acesso: 23/01/2016.
- JUNQUEIRA, F. **A gramática em questão: conceitos, história e ensino**. 2003. Disponível em: <http://migre.me/sMnLp>. Último acesso: 23/01/2016.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/hlpbrasil/>. Último acesso em: 21/12/2015.
- MENOTTI DEL PICCHIA. **A “Semana” revolucionária**. (Org.). Jácomo Manddatto. Campinas, São Paulo: Pontes, 1992.
- MENDES, H. M. **A língua do Museu da Língua Portuguesa**. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2013.
- MIRA MATEUS, M. H.; CARDEIRA, E. **Norma e variação**. Lisboa: Caminho, 2007.
- MIRA MATEUS, M. H. *et ali*. **Gramática da língua portuguesa**. 7. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MUSSALIM, F. Processos de constituição e legitimação de uma identidade linguística brasileira. In: FERNANDES, C. A.; BERTOLDO, E. S.; MUSSALIM, F.; SANTOS, J. B. C. dos (Org.). **Sujeito, identidade e memória**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2013, v. 1, p. 63-82.

MUSSALIM, F. A constituição de identidades como efeito discursivo: em pauta as reflexões dos primeiros modernistas sobre a constituição de uma identidade nacional. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, v. 1, p. 271-278.

PAGOTTO, E. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1998.

PINTO, E. P. **A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

RIBEIRO, M. O Modernismo brasileiro: arte e política. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://migre.me/pwboL>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ROCHA, N. da S. **Clíticos: ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Histórica) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2009. Disponível em: <http://migre.me/u0Hp3>. Último acesso em: 03/06/2016.

Artigo recebido em: 15.01.2017

Artigo aprovado em: 10.06.2017